

Mobilização social e resistência comunitária em Antônio Pereira: O papel de associações e assessorias na defesa do território

Nádia Fernanda de Jesus Silva¹, Kerley dos Santos Alves²*

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (PPGSSA). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: nadia.jesus@aluno.ufop.edu.br

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (PPGSSA). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

*E-mail: nadia.jesus@aluno.ufop.edu.br

Submetido em: 02 fev. 2025. Aceito em: 08 maio 2025

Resumo

Este artigo aborda a influência de associações e assessorias na mobilização social da comunidade de Antônio Pereira (MG), um território historicamente impactado pela mineração. O objetivo principal é compreender como a atuação desses grupos afeta a capacidade de resistência e reivindicação da comunidade frente aos impactos socioambientais da atividade mineradora. A metodologia utilizada é qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e análise de notícias do *Jornal A Sirene*. Os resultados elucidam as estratégias de mobilização social, os desafios enfrentados e a importância da ação coletiva para a defesa dos direitos das comunidades impactadas pela mineração. Conclui-se que a atuação de associações e assessorias é fator importante para o fortalecimento da mobilização social e a garantia do direito ao território, ressaltando, portanto, a necessidade de políticas públicas que apoiem e valorizem essas iniciativas comunitárias.

Palavras-chave: Mineração, Mobilização Social, Território, Jornal a Sirene, Denúncia.

Abstract

Social mobilization and community resistance in Antônio Pereira: The role of associations and advisors in defending the territory

This article addresses the influence of associations and consultancies on the social mobilization of the community of Antônio Pereira (MG), a territory historically impacted by mining. The main objective is to understand how the actions of these groups affect the community's capacity to resist and claim against the socio-environmental impacts of mining activities. The methodology employs a qualitative analysis, based on a bibliographic review and documentary analysis, with an emphasis on news from *Jornal a Sirene*. The results aim to elucidate social mobilization strategies and the challenges faced, highlighting the importance of collective action to defend the rights of communities impacted by mining. It is concluded that the work of associations and consultancies is an important factor in strengthening social mobilization and guaranteeing

the right to territory, therefore highlighting the need for public policies that support and value these community initiatives.

Keywords: Mining, Social mobilization, Territory, Newspaper the Siren, Complaint.

Introdução

A expansão contínua da atividade mineradora, impulsionada por grandes empresas como a Vale e a Samarco, tem intensificado os debates sobre as profundas transformações nos territórios afetados. A alteração dos modos de vida, a erosão da identidade territorial e a crescente violação do direito de ir e vir têm desencadeado diversos movimentos de mobilização social, nos quais grupos organizados, como associações e assessorias, resistem e lutam pela garantia do direito ao território.

A dinâmica da mobilização social em Antônio Pereira, assim como a organização e posicionamento da comunidade diante dos conflitos, despertam interesse acadêmico e social. Nesse contexto, emergem questões como: de que forma os conflitos gerados pela mineração impulsionam a mobilização social? Como as associações locais atuam diante dos impactos da atividade mineradora? De que forma fortalecer a mobilização social e a defesa dos direitos da comunidade?

Este estudo aborda a complexa relação entre mineração, conflitos e mobilização social, analisando como a atuação de associações e assessorias pode influenciar a capacidade de comunidades impactadas por empreendimentos minerários se organizarem e resistirem aos seus efeitos. O caso de Antônio Pereira se apresenta como um campo de estudo relevante, devido à sua localização geográfica, entre duas grandes mineradoras, e ao seu histórico de exploração mineral. A comunidade carrega os estigmas dos conflitos socioambientais que se intensificaram ao longo dos anos. Compreender a comunidade de

Antônio Pereira e, assim, visibilizar suas consternações, numa tentativa de abertura a novas perspectivas para a realidade dos territórios em contextos minerários. O objetivo é compreender a influência de associações e assessorias na mobilização social da comunidade de Antônio Pereira (MG), um território historicamente impactado, com foco nas relações entre mineração, conflito e estratégias de resistência comunitária, a partir da análise bibliográfica, documental e da cobertura do *Jornal A Sirene*, veículo de comunicação popular e independente.

Este artigo está estruturado em cinco seções: a primeira apresenta a contextualização do problema, a justificativa, a questão de pesquisa e o objetivo. A segunda seção aborda a fundamentação teórica, apresentando os principais conceitos e autores que embasam o estudo. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na quarta seção, serão apresentados os resultados e a discussão. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, destacando as principais conclusões da pesquisa e recomendações para futuras investigações.

Fundamentação Teórica

As práticas hegemônicas de atividades extrativistas eclodem grande número de conflitos socioambientais. Tais conflitos manifestam-se quando grupos sociais - que possuem diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, têm a continuidade de seus modos ameaçados por interferências indesejadas,

consequentes de práticas de outros grupos (Acsehrad, 2004).

Para esse artigo, o conceito de território trazido por Claude Raffestin (1993) é central, pois sua construção se dá por meio do exercício do poder¹ materializado pelas relações sociais, o que manifesta e constrói a territorialidade. Sendo assim, ao se apropriar de um espaço, o ator o “territorializa”, exercendo poder sobre o território construído (Raffestin, 1993). Tais reflexões dialogam com o conceito de territorialidade na perspectiva de que esta é constituída pelo esforço coletivo de uso, ocupação e identidade e se dá por meio de processos sociais e políticos (Little, 2003).

Raffestin (1993) propõe que o território seja compreendido como uma construção conceitual que se origina da ideia de espaço. O autor diferencia o espaço como algo previamente construído e estabelecido, do território, que surge como resultado de processos de transformação cultural e social. Nesse sentido, Raffestin enfatiza que o território não é inato, mas construído por meio do exercício do poder, sendo este intrinsecamente relacionado às dinâmicas sociais e políticas que moldam sua configuração.

Gudynas (2015) caracteriza o extrativismo enquanto prática desempenhada por grandes empreendimentos enquadrados no setor industrial que, por controvérsia, não produz sua matéria-prima, mas a extrai em grandes quantidades e a exporta enquanto produto produzido. O autor reforça os efeitos da atividade local ditada pelo mundo globalizado enquanto os seus principais impactos sociais e ambientais são refletidos, principalmente, no território de origem destes recursos.

Nessa mesma dialética, os detentores do capital se privilegiam do monopólio extrativista restando para os que ali sempre existiram - e resistiram, o alveijamento de impactos ambientais e o comprometimento dos seus modos de existência (Ferraz, 2017). Esta lógica de apropriação do capital natural atrelada ao monopólio capitalista subverte a ordem de atividades econômicas locais e escancara a injustiça socioambiental², o que reforça hierarquias históricas de poder e nega o direito à autodeterminação territorial.

Os autores Acsehrad (2004), Raffestin (1993), Little (2003) e Gudynas (2015), não se limitando a estes, oferecem bases teóricas sólidas para analisar a relação entre territorialidade, poder e as mudanças advindas do extrativismo. Neste contexto apresenta-se a mineração enquanto prática de exploração intensiva de recursos naturais, que redefine os territórios em que se insere, desencadeando transformações socioespaciais e conflitos que envolvem poder, identidade e resistência.

A mineração representa uma forma de apropriação territorial que impulsiona desigualdades sociais e econômicas por meio do exercício do poder hegemônico (Acsehrad, 2004). Essa prática é frequentemente acompanhada por narrativas que legitimam a exploração intensiva dos recursos naturais sob o pretexto de desenvolvimento e progresso econômico, reforçando o domínio extrativista sobre os territórios explorados.

Diante de tal domínio, os atores e/ou grupos sociais existentes nesses territórios, se veem obrigados a ressignificar, ou seja, encontrar novas formas de apropriar, usar, controlar e ocupar³ um

¹ Poder para se opor a outros poderes (Raffestin, 1993).

² A injustiça ambiental é proveniente da proteção ambiental desigual e do acesso desigual aos recursos ambientais (Ferraz, 2017).

³ Ocupar como conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital (Fernandes, 2001).

território nos aspectos sociais e políticos, fazendo surgir as mobilizações sociais⁴. É o caso da comunidade de Antônio Pereira, pertencente ao município de Ouro Preto (MG), que teve sua história marcada pela mineração, outrora de ouro, agora de ferro.

Antônio Pereira leva o nome do seu imigrante explorador e é reconhecido pela resiliência dos quase 5000⁵ habitantes que compõem o distrito. Com a mineração no cerne do seu surgimento, é esperado que ela seja a principal atividade econômica que move a estrutura social da comunidade. Há quase 50 anos, o convívio com a vizinhança inoportuna das Minas Timbopeba e Germano, das mineradoras Vale e Samarco respectivamente, intensificaram a coexistência dos moradores frente aos impactos socioambientais resultantes das extrativistas iniciadas no século XVIII e que se estendem até os dias atuais (Apolinário, 2019).

Em meio ao cenário de conflito, a mobilização social dos moradores de Antônio Pereira emerge como um contraponto à hegemonia extrativista. Associações comunitárias, assessorias técnicas e veículos de comunicação popular, como o *Jornal A Sirene*, desempenham um papel central na articulação de resistências e na visibilização das vozes das comunidades impactadas. O *Jornal A Sirene*, por exemplo, se destaca ao narrar as histórias de quem vive os impactos da mineração, oferecendo uma perspectiva contra-hegemônica e fortalecendo a identidade coletiva das comunidades. Essas iniciativas atuam como mediadoras, promovendo um diálogo entre as comunidades, o poder público e a sociedade civil, além de fomentar ações de denúncia e reivindicação de direitos.

⁴ Mobilização social enquanto processo resultante de influências sociopolíticas que alteram as condições atuais de vida de determinados grupos sociais (Gohn, 2011).

Gohn (2011) afirma que os movimentos sociais, resultantes da mobilização de diferentes grupos, representam força quando estes atuam em redes que constroem a coletividade. A resiliência destes grupos frente ao exercício do poder é materializada em ganhos e garantia de permanência de direitos básicos - constitucionais e socioculturais -, como aqueles materializados em políticas públicas.

As Políticas Públicas, elaboradas muitas vezes em resposta às necessidades da sociedade e suas diversas demandas, representam um compromisso público para garantia da continuidade de prerrogativas constitucionais (Carvalho, 2002).

Carvalho (2002), ao contextualizar a trajetória histórica das políticas públicas, destacam a intensa mobilização social que culminou na consolidação de direitos sociais, assistenciais, de saúde e previdência no Brasil. É possível, nesse sentido, denotar movimento social a partir da articulação frente a uma oposição e atribuir sua contribuição significativa à conservação dos objetivos de luta.

A organização em torno de associações e assessorias permite a construção de estratégias de enfrentamento que vão desde a defesa jurídica até a mobilização política e cultural. Assim, o território deixa de ser apenas o espaço de conflito e passa a ser ressignificado como espaço de luta e resistência, onde se constroem novas formas de relação com o ambiente e se reafirmam identidades ameaçadas.

Material e Métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão das

⁵ Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Disponível em <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/distrito/147> < Acesso em janeiro de 2025.

dinâmicas sociais e relações de poder que permeiam o contexto da mineração em Antônio Pereira. Para tanto, a investigação estrutura-se em dois eixos metodológicos principais. O primeiro eixo, a pesquisa bibliográfica, visa aprofundar o conhecimento sobre as temáticas da mineração, conflitos socioambientais e mobilização social. Para tanto, serão analisados livros e artigos científicos relevantes, obtidos nas bases de dados virtuais *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico.

O segundo eixo, a pesquisa documental, se dedica à análise de fontes primárias relevantes para o estudo do caso. Nesse sentido, a análise documental concentrar-se-á nas notícias do *Jornal A Sirene*, que é reconhecido por sua cobertura local e engajamento com as questões da região, e

será utilizado como fonte de dados para a análise das mobilizações sociais e dos conflitos relacionados à mineração em Antônio Pereira, buscando identificar reportagens e artigos que abordam as atividades de associações e assessorias, as manifestações da comunidade e os impactos da mineração no território.

A análise dos dados coletados dar-se-á de forma integrada, combinando as informações obtidas por meio da pesquisa bibliográfica e da análise das notícias do *Jornal A Sirene*, com o objetivo de construir uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno estudado. No que tange a observação das edições do *Jornal A Sirene*, foi preciso criar uma sistemática para propiciar a análise de 101 edições identificadas no diretório do Jornal⁶. A sistemática pode ser observada na Figura 1.

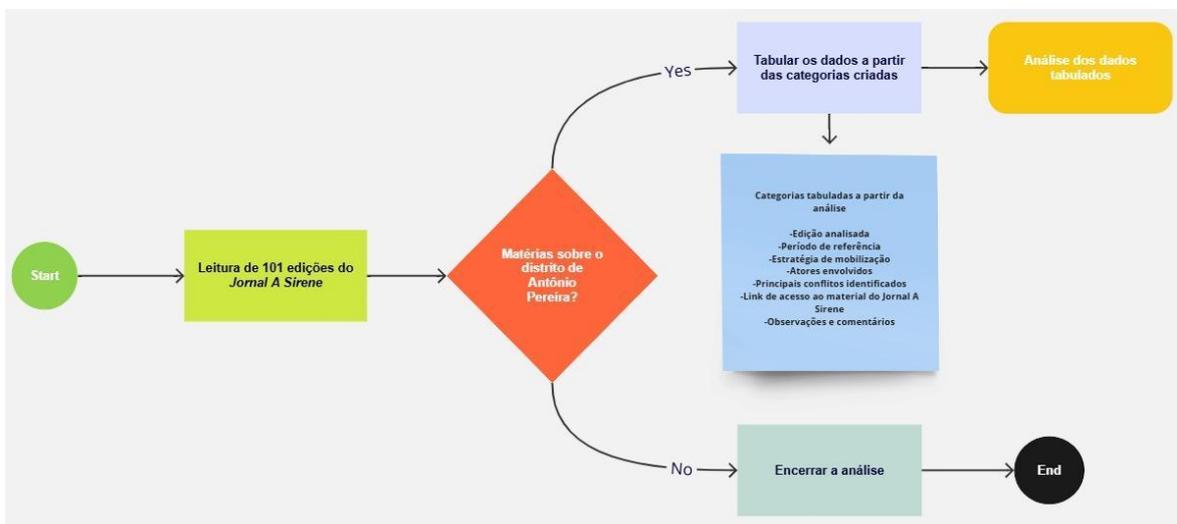


Figura 1. Sistemática de Análise das edições identificadas no diretório do Jornal A Sirene.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Como mencionado, para a realização desta pesquisa, foram analisadas 101 (cento e uma)

edições do *Jornal A Sirene* compreendendo o período entre a primeira edição, publicada em 05

⁶ Jornal A Sirene. Disponível em: <jornalasirene Publisher Publications - Issuu> Acesso em janeiro de 2025.

de fevereiro de 2016, e a última, de 06 de janeiro de 2025. A fase inicial da análise concentrou-se na identificação de menções ao termo "Antônio Pereira" nos textos editoriais. Para tanto, utilizou-se a ferramenta de busca textual (atalho "Ctrl + F")

em cada edição digital, método que permitiu a localização imediata e eficiente de todas as reportagens com referência ao distrito.

Tabela 1. Representação parcial da tabulação dos dados das 23 edições do *Jornal A Sirene*.

Edição analisada	Período de Referência	Estratégia de mobilização	Atores Envolvidos	Principais conflitos	Link de acesso	Observação/comentários
Ed. 98	ago./24	Documentário por meio da Assessoria Técnica	Garimpeiros Tradicionais de Antônio Pereira	Reconhecimento como garimpeiros tradicionais	https://issuu.com/jornalalasirene/docs/jornal_a_sirene_edico_98	Assembleia dos garimpeiros tradicionais do alto do rio doce. 29/06/2024. ICISA em Mariana, a quarta assembleia realizada. Denúncia do "terror" que a comunidade vem vivendo devido a descaracterização da barragem do doutor, em Antonio Pereira. 03/07/2024 a Assessoria Técnica lançou um documentário "quando vale o que não tem preço"? conta a história de famílias removidas das ZAS e aquelas que permaneceram.
Ed. 97	jul./24	Assembleia legislativa de Minas Gerais	Povos tradicionais	Reivindicações de direito enquanto população atingida.	https://issuu.com/jornalalasirene/docs/edico_97_-_jornal_a_sirene	No dia 06 de maio de 2024, debate público na assembleia legislativa de Minas Gerais discute o processo de repactuação das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Cacique Danilo reivindicou direitos usurpados pela mineração na região.
Ed. 96	mai./24	N/A	N/A	N/A	https://issuu.com/jornalalasirene/docs/jornalalasirene_maio	Impossibilidade de leitura - Erro no Arquivo

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Do corpus inicial de 101 (cento e uma) edições analisadas, 27 (vinte e sete) atenderam ao critério de continuidade de análise por apresentarem uma ou mais matérias relacionadas à comunidade de Antônio Pereira. Entretanto, durante o processo, constatou-se a impossibilidade de acesso integral ao conteúdo de quatro edições devido a problemas técnicos na abertura dos arquivos.

Dessa forma, o corpus final deste artigo ficou constituído por 23 (vinte e três) edições do *Jornal*

A Sirene, as quais foram submetidas a uma leitura analítica e, sincronicamente, tabuladas de forma estratégica, respeitando as categorias pré-estabelecidas, como demonstra a Tabela 1

A tabulação dos dados permitiu organização clara e estruturada das informações analisadas, facilitando a visualização imediata, a comparação precisa e a identificação de padrões temáticos recorrentes (palavras-chave). Esse processo revelou não apenas a frequência, mas também a

distribuição temporal dos principais tópicos nas edições analisadas.

A Tabela 2 apresenta uma síntese das palavras-chave, relacionando-as às edições analisadas, de modo a oferecer uma visão objetiva e sistemática dos principais objetos de discussão deste artigo.

Com vistas a responder aos questionamentos levantados no capítulo inicial deste artigo, a análise dos resultados e discussões foi estruturada em torno de três principais categorias de análise, as quais emergiram da sistematização dos dados coletados: Principais Conflitos Identificados, Principais Atores Envolvidos nos Conflitos Identificados e Principais Estratégias de Mobilização Utilizadas. Essas categorias, definidas a partir da metodologia adotada, permitiram organizar e interpretar os dados de forma coerente, destacando os padrões e dinâmicas que caracterizam os conflitos na comunidade de Antônio Pereira.

Tabela 2. Tabela de palavras-chave recorrentes e edições correspondentes.

Palavra-Chave	Descrição	Edições Relacionadas
Conflito	Conflitos socioambientais, descomissionamento, remoção, mineração.	Edições 99, 98, 97, 92, 89, 86, 84, 79, 78, 77, 76, 75, 74, 72, 71, 65, 59, 55, 50, 47, 38.
Saúde Mental	Impactos psicológicos, medo, ansiedade, depressão, trauma.	Edições 99, 92, 89, 86, 79, 65, 55, 50, 47.
Luta por Direitos	Reconhecimento de direitos, assessoria técnica, reparação, participação.	Edições 99, 98, 97, 86, 84, 78, 77, 76, 75, 74, 72, 71, 65, 59, 55, 50, 47.
Remoção Involuntária	Deslocamento forçado, Zonas de Autossalvamento (ZAS), perda de vínculos.	Edições 99, 92, 86, 65, 55, 50, 47, 38.

Garimpeiros Tradicionais	Reconhecimento da atividade, marginalização, luta cultural.	Edições 98, 78, 77, 76, 72, 71.
Audiências Públicas	Participação em audiências, debates, reivindicações.	Edições 99, 97, 86, 84, 78, 76, 72.
Impactos Ambientais	Lama invisível, poeira, problemas respiratórios, dermatites.	Edições 99, 92, 89, 86, 79, 65, 55, 50, 47, 38.
Assessoria Técnica	Direito à assessoria técnica independente, apoio jurídico e técnico.	Edições 99, 86, 75, 74, 65, 59.
Manifestações	Protestos, caminhadas, notas de repúdio, atos públicos.	Edições 98, 89, 88, 74, 72, 59.
Insegurança	Medo de rompimento, incertezas, falta de transparência.	Edições 99, 92, 86, 65, 55, 50, 47, 38.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

A primeira categoria, *Principais Conflitos Identificados*, aborda os desafios socioambientais enfrentados pela comunidade, como o descomissionamento de barragens, a remoção involuntária de moradores e os impactos da "lama invisível". A segunda, *Principais Atores Envolvidos*, foca nos grupos e instituições que desempenham papéis centrais nesses conflitos, incluindo a comunidade local, garimpeiros tradicionais, a Vale S.A. e a Assessoria Técnica Independente (ATI). Por fim, a terceira categoria, *Principais Estratégias de Mobilização*, analisa as ações coletivas e institucionais empreendidas para enfrentar os conflitos, tais como participação em audiências públicas, manifestações, documentários e atos públicos de conscientização.

Essa estrutura facilita a compreensão das interrelações entre os conflitos, os atores e as estratégias de mobilização, oferecendo uma visão abrangente e integrada dos resultados obtidos.

Dessa forma, a discussão que se segue busca não apenas trazer à luz a atuação de associações e assessorias no processo de mobilização, mas também analisar como essas ações influenciam a construção de resistência, a garantia de direitos e a busca por justiça socioambiental na comunidade de Antônio Pereira.

Resultados e Discussões

O Jornal A Sirene: Voz, Memória e Resistência das Comunidades Atingidas

O *Jornal A Sirene* nasceu de um grito de necessidade de escuta e denúncia. Após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), as comunidades atingidas viram-se diante de grandes desafios: além da dor e da perda, enfrentaram a luta por direitos, reconhecimento e justiça social. Nesse contexto, emerge *A Sirene*, com a missão de ser um espaço onde essas vozes pudessem reverberar, fortalecendo a união entre os atingidos e os grupos de apoio que se mobilizaram para enfrentar as consequências do desastre, que se estendem até os dias atuais. De acordo com Gohn (2011), a comunicação torna-se ferramenta fundamental para os movimentos sociais, pois permite a construção de narrativas que contestam o apagamento histórico e cultural, ao mesmo tempo em que fortalece a mobilização coletiva.

Por meio da circulação democrática de informações, o *Jornal A Sirene* não apenas fortalece as reivindicações das comunidades atingidas, mas também se configura como um instrumento essencial para a preservação da memória coletiva. Quando Gohn (2011) se refere à mídia alternativa, ressalta o seu papel imperativo

na construção de identidades coletivas e na resistência contra as narrativas hegemônicas. Nesse sentido, O *Jornal A Sirene* atua como um contraponto ao discurso dominante, promovendo a conscientização e a mobilização em torno da garantia dos direitos das populações direta ou indiretamente impactadas pelo desastre.

A edição inaugural do *Jornal A Sirene* foi publicada em 5 de fevereiro de 2016⁷. Desde então, até o momento da redação deste artigo, foram lançadas 101 edições, todas pautadas pelo compromisso com a veracidade dos fatos e a representatividade das comunidades afetadas. O periódico tem como foco central a discussão dos principais desafios enfrentados pelas populações atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, operada pela Samarco, ocorrido em novembro de 2015, em Mariana (MG). Observa-se, contudo, um aumento progressivo no número de matérias e relatos relacionados à comunidade de Antônio Pereira a partir da edição de número 38, datada de maio de 2019. Embora a comunidade não tenha sido diretamente impactada pelos rejeitos do desastre – em contraste com o distrito vizinho de Bento Rodrigues, que sofreu perdas irreparáveis –, ela tem enfrentado consequências indiretas e desafios socioambientais decorrentes da constante presença das mineradoras Vale e Samarco em seu território.

A luta de Antônio Pereira, assim como a de outras comunidades atingidas, reflete a importância da comunicação como ferramenta de resistência e mobilização (Gohn, 2011). O *Jornal A Sirene* não apenas evidencia essas lutas, mas também as amplifica, garantindo que as vozes dos atingidos sejam ouvidas e que suas demandas por justiça e reparação ganhem visibilidade. Dessa

⁷ *Jornal A Sirene*. Disponível em: *Jornal A Sirene* - Ed. 0 (fevereiro) by *Jornal A SIRENE* - Issuu. Acesso em janeiro de 2025.

forma, o periódico cumpre um duplo papel: preserva a memória coletiva das comunidades e fortalece sua capacidade de organização e resistência diante das adversidades impostas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico.

Impactadas por atividades extrativistas, as comunidades, como é o caso de Antônio Pereira, evidenciam que os conflitos ambientais são, em sua essência, disputas por justiça ambiental, conforme aponta Acselrad (2004). Nesse contexto, o *Jornal A Sirene* assume um papel fundamental ao amplificar as vozes dos atingidos, fortalecendo a luta por reparação e justiça. Ao fazer isso, o jornal documenta os conflitos e contribui para a construção de um movimento que busca equidade entre as comunidades e os grandes interesses econômicos.

Principais Conflitos Identificados

Durante a análise dos dados do *Jornal A Sirene*, um padrão se destaca: a intensificação das denúncias e reportagens relacionadas ao distrito de Antônio Pereira, objeto central deste estudo. Esse aumento coincide temporalmente com o plano de descaracterização⁸ da Barragem Doutor, localizada na Mina Timbopeba, em Ouro Preto (MG), pertencente à mineradora Vale. Além disso, a expressão 'lama invisível' emerge como um conceito recorrente nas publicações, simbolizando o temor e a incerteza em relação à possibilidade de ruptura de uma estrutura de barragem a montante.

Para as comunidades que convivem com o espectro da 'lama invisível'⁹ – uma ameaça que se estende sob a 'mancha de inundação' das

barragens ainda intactas -os impactos não se restringem à materialização do risco de rompimento. Eles também se manifestam na insegurança gerada pela constante ameaça, onde o medo e a incerteza permeiam o cotidiano, afetando a qualidade de vida e a estabilidade emocional dos moradores. Diante deste contexto, este capítulo apresenta os principais conflitos identificados nas 23 (vinte e três) publicações do *Jornal A Sirene* analisadas pela autora, agrupados em três principais categorias: danos à saúde física e mental, remoção involuntária e reconhecimento de direitos.

(i) Danos à Saúde Física e Mental

Como eu posso dizer? A Vale faz um trabalho péssimo. Eu e minha família ficamos com medo de acontecer alguma coisa com a gente. Depois do que aconteceu, eu tenho muitos problemas para respirar, sinto minha pele seca, me sinto mal. É muita poeira dentro de casa e na rua. Não sinto vontade de sair de casa. Também tenho problemas emocionais, preciso tomar remédios para ansiedade e depressão.

— Clara Fernandes (nome fictício), moradora de Antônio Pereira. Edição 79 nov/2022.

O depoimento de Clara, publicado na reportagem "*A lama segue traumatizando crianças em Antônio Pereira*" (*Jornal A Sirene*), sintetiza os graves impactos físicos e psicológicos enfrentados pela comunidade. Como outros relatos da região, ele expõe as consequências das operações da Vale, agravadas pela "lama invisível" e pelo

⁸ A lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020 define barragem descaracterizada como aquela que não opera como estrutura de contenção de sedimentos ou rejeitos, não possuindo características de barragem, e que se destina a outra finalidade.

⁹ A expressão "lama invisível", retrata o vazio e a interrogação aberta sobre a possibilidade iminente de

ruptura de estrutura de barragem a montante, que guarda milhões de metros cúbicos de rejeitos dos processos minerários. Em caso de concretização, trarão diversos transtornos e conflitos àqueles que residem e vivem nos territórios localizados no possível caminho a ser percorrido pela lama ou nos entornos deste percurso (Manuelzão, 2021).

descomissionamento da barragem do Doutor. A combinação de exposição crônica à poeira, trauma coletivo e ausência de suporte adequado cria um ciclo de vulnerabilidade que atinge especialmente idosos e crianças.

Em um estudo recente publicado pela revista *Alemur* (2024), pesquisadores do Grupo de Acolhimento de Antônio Pereira – Acalento, identificaram os principais temas presentes nas rodas de acolhimento realizadas no distrito. Dentre eles, destacam-se em terceiro lugar, “crise de ansiedade e depressão”, e em quinto, “ideação suicida”. Os depoimentos dos moradores emergem como um pedido de socorro, evidenciando a urgência da pauta motivada por pressões sociais, isolamento e falta de perspectiva, conforme atestam os autores (Ramos *et al.*, 2024).

Ramos *et al.* (2024) afirmam ainda que os moradores enfrentam sérios impactos na saúde mental, muitas vezes invisíveis socialmente e marcados por vulnerabilidades no enfrentamento de transtornos psicológicos e outros problemas de saúde. Em Antônio Pereira, esses desafios são agravados pelos efeitos da mineração, pela precarização dos serviços públicos, pelo desemprego, pela falta de oportunidades para os jovens e, principalmente, pela escassez de recursos dedicados ao cuidado em saúde mental.

(ii) *Remoção Involuntária*

O *Jornal A Sirene* revela as violações sistemáticas cometidas pela Vale durante o processo compulsório de remoção das famílias de Antônio Pereira, realizado no âmbito do descomissionamento da Barragem do Doutor. Através de testemunhos dos residentes, o veículo documenta um padrão de conduta marcado por (i) imposições unilaterais; (ii) desrespeito a direitos fundamentais; (iii) ausência de mecanismos

participativos. A condução do processo pela empresa desencadeou sentimento de revolta, insegurança e abandono, evidenciando a falta de diálogo e a violação de direitos humanos básicos.

Como observa Raffestin (1993), o caso exemplifica a resistência das comunidades na defesa de seus territórios - não apenas como espaços geográficos, mas como matrizes de identidade cultural, memória coletiva e pertencimento existencial.

Os relatos dos moradores de Antônio Pereira revelam o autoritarismo do processo de remoção conduzido pela Vale. Geraldo Pereira de Souza comparou a situação a um “cerco medieval”, descrevendo como a empresa isolou a comunidade com informações contraditórias e prazos impossíveis, transformando o que deveria ser ação protetiva em um ato arbitrário que gerou desconfiança coletiva. Essa percepção encontra eco no depoimento de Ana Carla de Carvalho Cota, que destacou o caráter violento do processo: desde invasões de domicílio até a completa exclusão dos moradores das decisões sobre seu próprio futuro. Ela enfatizou que, apesar de terem histórias para preservar e contribuições a oferecer, todas as decisões foram impostas verticalmente pela empresa, sem espaço para diálogo genuíno. O resultado foi uma experiência traumática de despossessão, onde memórias coletivas e projetos de vida foram tratados como meros entraves burocráticos.

A remoção involuntária em Antônio Pereira não se restringiu a uma mudança física; configurou-se como um processo profundamente disruptivo, que desestruturou vidas, laços comunitários e histórias pessoais (Manuelzão, 2021). A falta de transparência no processo, o desrespeito aos direitos humanos e a ausência de um diálogo genuíno com a comunidade resultaram em um legado marcado por dor e desconfiança.

Para os moradores, a experiência transcende a mera retirada forçada, representando uma violação de sua dignidade e autonomia.

(iii) Reconhecimento de Direitos

O lamento do Pastor Geraldo Freitas, morador de Antônio Pereira, sintetiza a paradoxal relação entre territórios explorados e empresas mineradoras: "Vêm todas essas empresas e fazem do nosso território um canteiro de obras. Nós ficamos com a poeira, com as dificuldades, e pagamos o preço pela extração".

Essa percepção comunitária encontra ressonância na crítica acadêmica de Gudynas (2019), publicada na Revista de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nacional de San Juan. O pesquisador desmonta a narrativa hegemônica que associa desenvolvimento à extração compulsória de recursos naturais - petróleo e minério de ferro sendo exemplos paradigmáticos. Sua análise revela como esse discurso, ao justificar a exploração intensiva sob o rótulo de progresso econômico, opera uma dupla violência: consolida estruturas de dominação territorial enquanto externaliza os custos socioambientais para as comunidades de origem. O caso de Antônio Pereira, onde benefícios econômicos não se convertem em desenvolvimento local, conforme denunciado pelo Pastor Freitas, exemplifica esse mecanismo.

Na perspectiva de reconhecimento de direitos, destaca-se também a luta dos garimpeiros tradicionais de Antônio Pereira, cuja prática é fundamental para a identidade cultural e econômica da comunidade. O garimpo tradicional, enraizado em saberes ancestrais e técnicas transmitidas ao longo de gerações, enfrenta uma

histórica marginalização que remonta ao período colonial (Sirene, 2022). Essa exclusão, perpetuada tanto pelo Estado quanto por grandes corporações, reflete uma trajetória de criminalização e perseguição que se estende até os dias atuais.

Atualmente, a atividade garimpeira enfrenta novos desafios, como a pressão de autoridades e a expansão da mineração, que ameaçam não apenas a subsistência dos garimpeiros, mas também a preservação de um patrimônio cultural imaterial. No entanto, a resistência da comunidade de Antônio Pereira tem sido um fator crucial na luta por reconhecimento e direitos. A conquista do reconhecimento da Comunidade Tradicional Garimpeira do Alto Rio Doce representa um marco significativo nesse processo. Além de buscar reparações históricas, essa vitória reforça a importância da prática garimpeira como elemento de identidade, resistência e sustentabilidade local.

O *Jornal A Sirene* evidencia que essa luta não se limita à defesa de uma atividade econômica, mas também à preservação de um modo de vida que integra saberes indígenas e africanos, contribuindo para a diversidade cultural e ambiental da região. O reconhecimento oficial da comunidade garimpeira como detentora de direitos tradicionais abre caminho para políticas públicas que valorizem sua prática, garantindo sua continuidade e fortalecendo os laços comunitários em torno dessa herança cultural.

A Assessoria Técnica Independente (ATI)¹⁰ é outro pilar fundamental na luta por direitos e surge como uma ferramenta fundamental para equilibrar as forças e garantir que a comunidade tenha acesso a informações precisas, suporte jurídico e capacitação técnica (Sirene, 2024). A ATI não

¹⁰ A Assessoria Técnica é uma organização independente que tem o objetivo de garantir, de forma multidisciplinar, o direito à informação (inclusive técnica) às pessoas atingidas e assegurar sua participação

informada nos processos de reparação integral. Disponível em: <<https://guaicuy.org.br/o-que-e-assessoria-tecnica-independente/>> Acesso em janeiro de 2025.

apenas fornece os meios para que os moradores compreendam seus direitos, mas também os capacita a participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e seu território. A luta por uma ATI em Antônio Pereira reflete um movimento mais amplo de resistência e empoderamento comunitário, segundo as edições analisadas do *Jornal A Sirene*, pois representa mais do que um suporte técnico; é um instrumento de justiça social. Ela permite que a comunidade negocie em pé de igualdade com empresas e governos, defendendo seus interesses de forma organizada e embasada.

O depoimento do Pastor Geraldo Freitas ilustra a resiliência e a determinação da comunidade em transformar adversidades em oportunidades de fortalecimento coletivo. Ele ressalta que, sem a ATI, a luta seria ainda mais desigual, dada a assimetria de poder entre os moradores e os grandes atores econômicos e políticos. A assessoria técnica fortalece a capacidade da comunidade de preservar sua identidade cultural e ambiental, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em espaços de decisão que antes eram inacessíveis.

Principais Atores Envolvidos Nos Conflitos Identificados

Ao longo das edições analisadas, o *Jornal A Sirene* revelou-se um importante registro dos complexos conflitos que marcaram o período, capturando com sensibilidade as dimensões sociais, políticas e econômicas desses embates. Através de suas reportagens investigativas e análises aprofundadas, o periódico não apenas identificou os múltiplos atores envolvidos - desde indivíduos e grupos comunitários até grandes instituições - mas também desvelou as intrincadas relações de poder que os conectam.

A Tabela 3 consolida essa análise, sistematizando os diferentes atores, seus respectivos papéis e interesses no conflito, oferecendo assim uma visão das forças e tensões que caracterizaram o contexto histórico documentado pelo jornal.

Tabela 3. Principais autores envolvidos nos conflitos identificados.

Categoria	Atores	Descrição
Danos à Saúde Física e Mental	Comunidade de Antônio Pereira	Moradores que sofrem diretamente os impactos da exposição à poeira e ao medo constante da "lama invisível", relatando problemas de saúde física (dificuldades respiratórias, ressecamento da pele) e mental (ansiedade, depressão, ideação suicida).
	Grupo de Acolhimento de Antônio Pereira – Acalento	Coletivo que organiza rodas de acolhimento para apoiar os moradores, identificando e documentando os impactos psicológicos e emocionais causados pela mineração e pela ameaça de rompimento de barragens.
	Moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS) ¹¹	Moradores removidos de suas casas de maneira forçada, em diferentes tempos, devido aos desenhos da "mancha da lama". Isso ocorreu no contexto crítico da pandemia de covid-

¹¹ A lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020 define Zona de autossalvamento (ZAS): trecho do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente

para intervenção da autoridade competente em situação de emergência, conforme mapa de inundação. Disponível em: <

		19, agravando os impactos emocionais e sociais.
Remoção Involuntária	Famílias removidas de Antônio Pereira	Moradores foram forçados a deixar suas casas durante o processo de descomissionamento da Barragem do Doutor, enfrentando desrespeito aos seus direitos humanos e perda de vínculos afetivos e culturais com o território.
	Vale S.A.	Empresa mineradora responsável pelo processo de remoção, acusada de agir de forma impositiva, arbitrária e sem diálogo com a comunidade, gerando revolta e desconfiança.
Reconhecimento de Direitos	Movimentos sociais e organizações de apoio	Grupos que atuam em defesa dos direitos das comunidades afetadas, denunciando abusos e buscando garantir reparações justas.
	Garimpeiros tradicionais de Antônio Pereira	Grupo que luta pelo reconhecimento de sua prática como parte da identidade cultural e econômica da região, enfrentando marginalização histórica e pressão da mineração industrial.
	Comunidade Tradicional Garimpeira do Alto Rio Doce	Coletivo que conquistou o reconhecimento de seus direitos tradicionais, representando um marco na luta pela preservação cultural e sustentabilidade local.
	Lideranças comunitárias	Representantes da comunidade que defendem o direito ao território, à cultura e à participação ativa nas decisões que afetam suas vidas, além de lutar pela garantia de direitos como o de uma Assessoria Técnica Independente (ATI).
Atores Externos e Institucionais	Assessoria Técnica Independente (ATI)	Equipe técnica e jurídica que apoia a comunidade, fornecendo informações, capacitação e suporte para garantir a participação ativa dos moradores nas negociações com a Vale e o Estado.
	Vale S.A.	Principal empresa envolvida nos conflitos, responsável pela mineração, descaracterização da barragem e remoção das famílias, além de ser acusada de negligência em relação aos impactos socioambientais.
	Governo e autoridades públicas	Atores criticados por priorizar interesses econômicos em detrimento dos direitos das comunidades, além de não garantir a implementação de políticas públicas adequadas.
	Jornal A Sirene	Veículo de comunicação independente que desempenha um papel crucial na denúncia dos conflitos e na amplificação das vozes da comunidade, documentando os impactos da mineração e a luta por direitos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

Principais Estratégias de Mobilização Utilizadas

Confrontados com os impactos da mineração em seu território, os moradores de Antônio Pereira

vêm construindo um repertório diversificado de ações coletivas que articulam resistência, demanda por direitos e busca por justiça socioambiental. Essa mobilização multifacetada - que transita entre as ruas, as cortes judiciais e os espaços midiáticos - revela não apenas a capacidade organizativa da comunidade, mas também sua criatividade política ao converter vulnerabilidades em ferramentas de luta.

A Tabela 4 sintetiza as principais estratégias adotadas pela comunidade - identificadas nas edições analisadas do *Jornal A Sirene*, destaca seus objetivos e impactos, e ilustra como a mobilização social têm sido fundamentais para enfrentar os desafios impostos pela mineração e pela negligência de empresas e autoridades.

Tabela 4. Principais estratégias de mobilização utilizadas.

Estratégia	Descrição	Objetivo	Impacto
Manifestações e Protestos	Realização de protestos em frente na rodovia que interliga o distrito às Minas da Vale e da Samarco	Pressão sobre empresas e governo por respostas e ações concretas	Visibilidade dos conflitos e mobilização da comunidade
Audiências Públicas	Participação em audiências públicas para discutir impactos e reparações	Denúncia da falta de transparência e exigência de respostas concretas	Ampliação do diálogo e pressão por políticas públicas adequadas
Produção de Documentários e Mídia	Criação de documentários (ex.: "Quando vale o que não tem preço?") e uso do jornal A Sirene	Dar voz à comunidade e denunciar os impactos da mineração	Mobilização da comunidade e conscientização da sociedade em geral
Ações Judiciais	Recursos ao judiciário para garantir direitos e reparações	Acesso à assessoria técnica independente e reparação pelos danos causados	Pressão sobre empresas e governo, garantia de direitos
Manifestações Religiosas	Uso de eventos religiosos, como o Jubileu de Nossa Senhora da Lapa	Busca por paz, justiça e reforço da coesão comunitária	Fortalecimento da resistência e união da comunidade frente aos desafios
Petições e Abaixo-Assinados	Organização de petições e abaixo-assinados	Pressão por mudanças e reparações junto ao governo e empresas	Demonstração da capacidade de mobilização coletiva da comunidade
Participação em Reuniões e Assembleias	Envolvimento ativo em reuniões e assembleias locais	Discussão de problemas e busca por soluções coletivas	Fortalecimento da organização comunitária e da resistência

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Considerações Finais

Este artigo buscou compreender a influência de associações e assessorias na mobilização social da comunidade de Antônio Pereira (MG), um território historicamente impactado pela mineração. Por meio da análise qualitativa das edições do *Jornal A Sirene*, foi possível identificar os principais conflitos socioambientais, os atores envolvidos e as estratégias de mobilização utilizadas pela comunidade para enfrentar os desafios impostos pela atividade extrativista da região.

Os resultados evidenciam que os conflitos em Antônio Pereira são profundamente marcados por práticas minerárias, como o descomissionamento de barragens, a remoção involuntária de moradores e os impactos da "lama invisível", que geram danos significativos à saúde física e mental da população. A atuação de associações comunitárias, assessorias técnicas e veículos de comunicação como o *Jornal A Sirene* mostrou-se fundamental para a organização e resistência da comunidade, amplificando suas vozes e fortalecendo a luta por direitos e justiça socioambiental.

A análise das estratégias de mobilização revelou que a comunidade de Antônio Pereira tem utilizado uma variedade de ferramentas, desde manifestações públicas e audiências até a produção de documentários e ações judiciais, para pressionar empresas e governos por respostas concretas. Essas ações não apenas visam garantir reparações pelos danos causados, mas também reafirmar a identidade cultural e territorial da comunidade, ameaçada pelo domínio da mineração.

O estudo também destacou o papel crucial da Assessoria Técnica Independente (ATI) como um instrumento de empoderamento comunitário, permitindo que os moradores participem

ativamente das decisões que afetam suas vidas e seu território. A luta por uma ATI em Antônio Pereira reflete um movimento mais amplo de resistência e busca por equidade, evidenciando a importância de políticas públicas que apoiem e valorizem iniciativas comunitárias.

Este artigo reforça ainda, a importância da comunicação como ferramenta de resistência e mobilização social. O *Jornal A Sirene* desempenhou um papel central ao documentar os conflitos, preservar a memória coletiva e amplificar as vozes dos atingidos, contribuindo para a construção de um movimento que busca justiça e reparação.

A presente pesquisa, apesar de seus achados, apresenta algumas limitações. Primeiramente, a análise concentrou-se nas edições do *Jornal A Sirene*, o que, embora rico em detalhes sobre as mobilizações locais, pode não abarcar a totalidade das perspectivas e eventos relacionados à mineração em Antônio Pereira. A ausência de outras fontes documentais primárias, como atas de reuniões de associações, entrevistas com moradores e relatórios de órgãos governamentais, pode ter restringido a profundidade da análise. Além disso, o recorte temporal da pesquisa, limitado ao período de publicação do jornal, impede uma análise mais abrangente das dinâmicas de longo prazo. A pesquisa também não abordou em detalhes as relações de poder entre diferentes atores (empresas mineradoras, governos, associações), o que poderia enriquecer a compreensão do contexto.

Com base nas limitações identificadas, sugerem-se algumas direções para pesquisas futuras. Recomenda-se a realização de estudos que complementem a análise documental com abordagens qualitativas mais aprofundadas, tais como entrevistas com moradores, lideranças

comunitárias e representantes de associações e assessorias. A inclusão de outras fontes documentais primárias, como relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões e registros de audiências públicas, também é essencial para ampliar a compreensão do contexto.

Sugere-se a realização de estudos comparativos com outros casos de comunidades impactadas pela mineração, buscando identificar semelhanças e diferenças nas dinâmicas de mobilização e nas estratégias de resistência. Ademais, pesquisas futuras poderiam investigar as relações de poder entre os diferentes atores envolvidos nos conflitos socioambientais, analisando as estratégias utilizadas por empresas mineradoras, governos e comunidades na disputa pelo território. Por fim, recomenda-se uma análise mais aprofundada dos impactos da mineração sobre a saúde física e mental dos moradores, buscando identificar os mecanismos que levam a esses problemas e as melhores formas de enfrentá-los.

A experiência de Antônio Pereira serve como um exemplo emblemático de como comunidades impactadas pela constante presença da mineração podem se organizar e resistir, mesmo diante de desafios substanciais e estruturas de poder desiguais. Além disso, é fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para apoiar iniciativas comunitárias e garantir que as vozes dos atingidos sejam ouvidas e respeitadas em processos decisórios.

Referências

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

APOLINÁRIO, A. de L. **O coletivo “A nova imagem do Pereira” enquanto um instrumento de luta e resistência de adolescentes e jovens do distrito de Antônio Pereira - Ouro Preto/MG**. 2019. 86 p. Monografia (Graduação em Serviço Social). Instituto de

Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

CARVALHO, A. M. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 8., 2001, Santiago. Anais [...] Santiago: Universidad de Chile, 2001. v. 1.

FERRAZ, D. B. O que é justiça socioambiental? **Raízes Jurídicas**, v. 9, n. 2, p. 45-62, 2017.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. **Boletín de la Société Suisse des Américanistes**, v. 73, p. 13-26, 2015.

GUDYNAS, E. Hasta la última gota. Las narrativas que sostienen a los extractivismos. **RevIISE-Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, v. 13, n. 13, p. 15-31, 2019.

INSTITUTO GUAICUY. **Assessorias Técnicas**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/ati/ati-antonio-pereira/antonio-pereira/zas>. Acesso em: 25 jan. 2025.

JORNAL A SIRENE. Mariana, MG, [s.d.]. Disponível em: [jornalalasurene Publisher Publications - Issuu](https://jornalalasurene.com.br/). Acesso em: 25 jan 2025.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Distritos, Antônio Pereira**. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/distrito/2>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

PROJETO MANUELZÃO. **A lama invisível que atormenta Antônio Pereira**. Manuelzão. Belo Horizonte, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/a-lama-invisivel-que-atormenta-antonio-pereira/>. Acesso em: 25 out 2023.

RAFFESTIN, C. **O que é território?** In: RAFFESTIN, C. *Por um Geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 143-457. (Série Princípios).

RAMOS, A. C. A. de R.; GOMES, C. F. S.; REIS, M.; ASSIS, A. D. de. Acalento: Grupo de acolhimento de Antônio Pereira, Ouro Preto, Minas Gerais. **Além dos Muros da Universidade**, v. 9, n. 2, p. 169-183, 2024.